



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 13 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 27 de junho de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO BIS ADVERTE BRASIL SOBRE RISCOS DO CRESCIMENTO VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL-EUA, HORA DE INCLUIR OS CONGRESSOS VEICULAÇÃO NACIONAL	2
FOLHA DE SÃO PAULO BIOTECNOLOGIA PRECISA DE DINHEIRO PRIVADO VEICULAÇÃO NACIONAL	4
FOLHA DE SÃO PAULO GOVERNO OFERECE RECURSOS PARA ESTUDAR MERCADO VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO MÔNICA BERGAMO VEICULAÇÃO NACIONAL	6
FOLHA DE SÃO PAULO MERCADO ABERTO VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR ECONÔMICO DECISÃO DO STF ABRE CAMINHO PARA CERCEAR A GUERRA FISCAL VEICULAÇÃO NACIONAL	10
CORREIO BRAZILIENSE DESCASO É GERAL VEICULAÇÃO NACIONAL	11
CORREIO BRAZILIENSE IMPORTAÇÃO CRESCE SÓ 0,2% VEICULAÇÃO NACIONAL	12
CORREIO BRAZILIENSE O BRASIL DO ATRASO VEICULAÇÃO NACIONAL	13
AMAZONAS NOTÍCIAS SUFRAMA anuncia pregão eletrônico para a FIAM 2011 VEICULAÇÃO NACIONAL	15
AMAZONAS NOTÍCIAS Suframa participa de missões empresarias em países da Europa VEICULAÇÃO NACIONAL	16
AMAZONAS NOTÍCIAS MP dos Tablets é usada para propor isenção de impostos VEICULAÇÃO NACIONAL	17

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BIS ADVERTE <u>Brasil</u> SOBRE RISCOS DO CRESCIMENTO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Relatório divulgado ontem diz que euforia pode ser seguida de descontrole fiscal e recessão

Andrei Netto - O Estado de S.Paulo

CORRESPONDENTE / PARIS

Países emergentes, como o Brasil, devem ficar atentos aos riscos potenciais do crescimento econômico, cuja euforia pode ser seguida de laxismo, descontrole fiscal, crise financeira e recessão, a exemplo do cenário que hoje afeta os países desenvolvidos da Europa.

A advertência foi feita em relatório distribuído ontem, em Basileia, na Suíça, pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS). Segundo a instituição, as economias em ritmo acelerado de desenvolvimento apresentam sintomas semelhantes ao período pré-crise na Irlanda, Espanha e Reino Unido. Para o BIS, o momento deve ser de cautela para as economias emergentes, apesar dos altos índices de crescimento. "As economias de mercado emergentes escaparam da última crise", diz a instituição. "Agora precisam tomar nota daquela que é provavelmente a lição mais importante: é melhor prevenir do que remediar."

Os técnicos da instituição alertam que o mundo emergente começa a verificar desequilíbrios macroeconômicos que precisam ser enfrentados. O primeiro deles diz respeito às pressões inflacionárias, que se verificam em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil.

Para tanto, o BIS sugere que os bancos centrais iniciem um processo de endurecimento das políticas monetárias, elevando os juros e mantendo a flexibilidade das taxas de câmbio. O relatório ainda exorta as autoridades monetárias a redobram a atenção neste momento. "O crescimento foi forte nos mercados emergentes, e a retomada parece bem engajada nas economias avançadas. Mas as autoridades errariam se relaxassem seus esforços", diz o documento Para

evitar surpresas, o BIS recomenda a redução do ritmo de crescimento. "Bancos centrais devem estar preparados para elevar suas taxas de juros", diz a instituição, advertindo para o preço elevado das commodities e para o superaquecimento da economia.

No caso da entrada excessiva de capitais externos, o controle de fluxo pode ser uma alternativa, mas apenas para casos extremos, após a adoção de medidas convencionais. "A primeira linha de defesa para gerenciar os riscos associados aos fluxos financeiros brutos e aos desequilíbrios consiste em seguir políticas macroeconômicas baseadas na estabilidade monetária e na viabilidade orçamentária. A política monetária também pode servir para conter uma expansão excessiva dos preços e do crédito", prega a instituição.

"Soluções de último recurso, cogitáveis somente em circunstâncias excepcionais, os controles de movimentos de capitais podem ser utilizados como paliativos para evitar provisoriamente o risco de entradas maciças de fundos.

Outro motivo de preocupação em relação aos emergentes é a comparação com países em crise. Segundo o BIS, um exemplo concreto é o mercado imobiliário. Entre 2002 e 2006, o preço médio dos imóveis subiu 15% na Espanha, 11,1% no Reino Unido e 10,2% na Irlanda - países hoje em crise ou com baixo crescimento do PIB. Entre 2006 e 2010, o preço médio dos imóveis na China aumentou 11,3%.

Também o crescimento do crédito preocupa. Enquanto no Brasil o aumento foi de 24,7% e na China de 20,2% entre 2006 e 2010, na Irlanda e na Espanha a taxa de crescimento havia girado em torno dos 20% entre 2002 e 2006.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO BRASIL-EUA, HORA DE INCLUIR OS CONGRESSOS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Diego Z. Bonomo - O Estado de S.Paulo

A visita do presidente Barack Obama ao País, em 19 e 20 de março, consolidou a relação entre o Brasil e os Estados Unidos em novo patamar, semelhante àquele já existente nas relações dos americanos com a China e a Índia. Hoje, a cooperação entre os dois países se dá em diferentes dimensões - bilateral, trilateral e multilateral - e em temas diversos, de usos pacíficos do espaço exterior a sustentabilidade urbana, de educação a defesa. Na área do comércio e dos investimentos, contudo, os avanços parecem limitados pela existência de um "elo perdido": o baixo perfil do engajamento dos Congressos dos dois países na agenda bilateral.

Em meados da década de 2000, as percepções sobre o Brasil em Washington passaram por rápido processo de transformação. Primeiro, o País descolou-se da América Latina, ao consolidar modelo de crescimento econômico com distribuição de renda sem rupturas políticas. Segundo, passou a destacar-se entre os chamados "emergentes" ao ser incluído entre os Brics e ao integrar o restrito grupo dos decisores em diferentes áreas da governança global, como clima, comércio e economia internacional. Terceiro, o Brasil tornou-se referência em matéria de agricultura e energia.

Essa transformação de percepções foi seguida tanto pela ampliação e pelo aprofundamento da agenda bilateral quanto pela maior complexidade dos temas em pauta. Na área do comércio e dos investimentos, esse fenômeno se refletiu no número cada vez maior de questões de interesse do Brasil sob jurisdição exclusiva ou parcial do Congresso dos Estados Unidos.

Quando o embaixador Rubens Barbosa assumiu a chefia da representação brasileira, em 1999, havia dois temas de interesse direto do Brasil no Congresso norte-americano, mas não restritos ao País: a renovação da autoridade negociadora do Poder Executivo - o antigo fast-track - e a elaboração da lei agrícola, a famosa Farm Bill. Ambas foram aprovadas em 2002 e tiveram importante impacto para o Brasil. De um lado, o fast-track (renomeado Trade Promotion Authority - TPA) permitiu aos Estados Unidos iniciar ambicioso programa de negociações comerciais, entre

as quais a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). De outro, a Farm Bill de 2002 ampliou os subsídios agrícolas norte-americanos em detrimento dos interesses brasileiros.

Ao assumir a mesma chefia em 2003, o embaixador Roberto Abdenur herdou as questões "sistêmicas" do TPA e da Farm Bill, mas teve de lidar, também, com o novo desafio da renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos. À época, o SGP beneficiava cerca de 15% das exportações brasileiras para aquele país e a permanência do Brasil no programa era ameaçada por um grupo de deputados e senadores americanos.

Quando o ministro Antonio Patriota assumiu a Embaixada do Brasil, em 2007, sua herança de temas sob jurisdição do Congresso dos Estados Unidos era ainda maior do que a de seus antecessores. Além do TPA, que estava chegando ao fim, da nova Farm Bill de 2008 e da renovação do SGP, teve de enfrentar o desafio da renovada necessidade de abertura do mercado norte-americano ao etanol brasileiro, marcado pelo esforço de eliminação da tarifa de US\$ 0,54 por galão aplicada pelos Estados Unidos ao biocombustível do Brasil.

Finalmente, o embaixador Mauro Vieira assumiu a chefia da representação brasileira, em 2010, em meio aos desfechos dramáticos do contencioso do algodão entre os dois países. Apesar do acordo temporário alcançado em junho daquele ano, sua solução definitiva passa, de forma necessária, por mudanças nos programas dos Estados Unidos, que só poderão ser feitas no contexto da Farm Bill de 2012.

A tendência, portanto, é clara: não só o número de temas de interesse do Brasil sob jurisdição do Congresso norte-americano aumentou, como sua natureza se tornou mais específica, por vezes restrita à relação dos Estados Unidos com o País.

Além disso, muitos dos outros temas que são de jurisdição do Poder Executivo norte-americano, como a abertura do mercado dos Estados Unidos às exportações brasileiras de carnes bovina e de frango, podem sofrer interferência do Congresso.

Por fim, o Congresso Nacional tem aumentado sua assertividade. Embora suas principais manifestações nos últimos anos estejam relacionadas a questões polêmicas, como a adesão da Venezuela ao **Mercado** Comum do Sul, cada vez mais os temas da agenda Brasil-Estados Unidos tenderão a passar pelo Poder Legislativo brasileiro. Hoje, o principal exemplo é o Acordo para Intercâmbio de Informações Tributárias (Tiea, na sigla em inglês), que aguarda aprovação pelo Senado Federal.

A visita da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, no segundo semestre deste ano, pode ser a oportunidade ideal para ampliar a participação dos Congressos na agenda bilateral. De um lado, um encontro da presidente brasileira com a liderança do Poder Legislativo norte-americano, à semelhança do que já fazem as lideranças europeias e asiáticas, pode elevar à prioridade dada aos temas de interesse do Brasil, hoje confinados a comitês

específicos, porém desconhecidos da cúpula dos partidos Democrata e Republicano.

De outro lado, o engajamento de parlamentares brasileiros, que já frequentam regularmente Washington, pode elevar a prioridade da agenda com os Estados Unidos, assegurando a resolução das pendências existentes e preparando o debate para novos assuntos da agenda comercial e de investimentos.

A hora, portanto, é de incluir os Congressos.

É DIRETOR PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DA SEÇÃO AMERICANA DO CONSELHO EMPRESARIAL

BRASIL-ESTADOS UNIDOS (CEBEU), LIGADA À U.S. CHAMBER OF COMMERCE, EM WASHINGTON

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO BIOTECNOLOGIA PRECISA DE DINHEIRO PRIVADO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mapeamento caracteriza setor de biotecnologia no país, que sobrevive com recursos públicos sem gerar receita
Para especialistas, é preciso garantir que as empresas sobrevivam depois de saírem das chamadas incubadoras

ELIDA OLIVEIRA

DE RIBEIRÃO PRETO

SABINE RIGHETTI

DE SÃO PAULO

A biotecnologia no Brasil é representada por 237 empresas, sendo 63% delas criadas na última década. A maior parte (78%) depende de financiamento do governo.

Os dados fazem parte de um mapeamento feito pela BrBiotec (Associação Brasileira de Biotecnologia) e divulgados com exclusividade para a Folha.

A pesquisa foi feita em parceria com a Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos) e o Cebap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), e será apresentada nesta semana na Bio Convention, em Washington, EUA.

Nas empresas de biotecnologia, o país se destaca na pesquisa em saúde humana (40% das companhias), saúde animal (14%), reagentes (13%), agricultura (10%) e ambiente e bioenergia (15%) ""os mais ""promissores"".

Eduardo Giacomazzi, diretor-executivo da BrBiotec, diz que, apesar de incipiente, o setor tem potencial para crescer. ""Precisamos incentivar as empresas a olhar para o mercado externo e atrair investimentos"", diz.

Isso porque o retorno do investimento em pesquisa é incerto, especialmente nas empresas pequenas e micros, que compõem 80% do setor de biotecnologia no Brasil.

SEM DINHEIRO

O problema é que cerca de 20% das empresas de biotecnologia do país trabalham sem gerar receita porque

estão em fase de desenvolvimento do produto ""o que pode levar em média dez anos.

Com isso, poucas conseguem sair das chamadas incubadoras de empresas e não sobrevivem no mercado.

""Há recursos para a fase inicial de pesquisa. Mas falta para investir nos testes dos produtos e para sair das incubadoras"", diz José Maria Silveira, economista da Unicamp e estudioso da área.

De acordo com ele, os fundos setoriais têm um papel importante para colocar dinheiro nos polos tecnológicos e nas incubadoras. Os 16 fundos que existem hoje são mantidos com recursos federais pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). ""Parte das empresas de biotecnologia não sobrevive porque é comprada por empresas maiores"", explica a bióloga Marie-Anne Sluys, especialista no assunto.

Esse foi o caso da Alellyx, empresa muito atuante no genoma da xylella fastidiosa (o ""amarelinho"" dos laranjais). Ela foi comprada pela Monsanto em 2008. Um dos criadores da Alellyx, o biólogo Fernando Reinach, hoje trabalha no desenvolvimento de um fundo que visa justamente investir em empresas de base tecnológica para gerar inovação.

Segundo Giacomazzi, o setor, apesar de movimentar US\$ 27 trilhões no mundo, ainda atrai pouco investimento estrangeiro ao Brasil.

A Invent Biotecnologia, empresa do setor de fármacos, de Ribeirão Preto, conhece essa realidade. ""Seriam necessários de R\$ 5 a R\$ 6 milhões para escalar aumentar a empresa, mas os recursos públicos chegam no máximo a R\$ 3 milhões"", diz Sandro Soares, diretor da Invent.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO GOVERNO OFERECE RECURSOS PARA ESTUDAR <u>MERCADO</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE RIBEIRÃO PRETO

DE SÃO PAULO

O modelo de incubadoras de empresas de base tecnológica, como as de biotecnologia, é importante para que essas empresas se estabeleçam no mercado, diz Giacomazzi.

Essas incubadoras ""muitas ligadas a universidades"" aproveitam a produção dos pesquisadores em formação. É o caso da Prospecta, incubadora ligada à faculdade de ciências agrônômicas da Unesp em Botucatu.

Atualmente, há 18 empresas residentes, segundo o gerente da incubadora, Antonio Vicente da Silva. Elas desenvolvem pesquisas nas áreas de agronegócio, meio ambiente e biotecnologia.

A Multigene, por exemplo, desenvolve tecnologia para fazer o diagnóstico molecular do DNA e, assim, tratar individualmente um doente grave, dosando exatamente a quantidade de remédio.

De acordo com Silva, os pesquisadores dominam os produtos, mas têm dificuldade em conhecer o mercado.

As empresas têm financiamento de instituições públicas voltadas à pesquisa, como da própria Finep.

Recentemente, o governo tem pensado também na inserção dessas empresas no mercado pós-incubação.

Desde 2007, a Finep tem um edital voltado para isso.

São R\$ 120 mil para cada empresa contemplada. O edital prevê, por exemplo, que 25% do recurso deve ser destinado para o marketing da empresa estudar o mercado.

"Sem incentivos, a pesquisa pode se tornar obsoleta", diz Silva. (EQ e SR)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO MÔNICA BERGAMO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ACIMA DA MÉDIA

Pesquisa feita pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) com empreendedores individuais -aqueles que ganham até R\$ 36 mil por ano e que hoje, pagando R\$ 27 para a Previdência, podem formalizar seu pequeno negócio -revelou que, diferentemente do que imaginava o governo, 17% têm ensino superior e 47% têm ensino médio. Só 36% têm apenas o fundamental, contra 60% do total da população. As ambições são grandes: 87% desejam se transformar em microempresários.

NO ESCURO

A pesquisa mostrou também que a maior parte dos empreendedores individuais tem receio ou dificuldade de bater à porta dos bancos para pedir empréstimos, uma das vantagens de se formalizar: 88% nunca buscaram crédito. Dos 12% que fizeram isso, 57% não conseguiram nada.

LÂMPADA

Os bancos públicos -Banco do Brasil, CEF e Banco do Nordeste- devem lançar em breve linhas de crédito voltadas para este público, com juros mais baixos que os de mercado. E o Sebrae lança o SEI, programa de treinamento para o mesmo alvo.

ALÔ?

Ainda a pesquisa: a atividade mais frequente entre os 11 mil entrevistados é a de vendedor de roupas (10%), seguida da de cabeleireiros (7,6%). E 4% recebem o Bolsa Família. Detalhe: as entrevistas foram feitas por telefone. A maior parte dos empreendedores tem celular.

LUZ, CÂMERA, AÇÃO

A atriz Fernanda Montenegro deve ser a mestre de cerimônias da homenagem aos 80 anos de Fernando Henrique Cardoso no Senado. O evento será na quinta.

EU VOLTAREI

O Procon deve intensificar as diligências nos locais fechados onde famosos fumaram nas últimas semanas.

Além do restaurante 3p4, onde Ashton Kutcher deu suas baforadas, o hotel Tivoli e o cinema Reserva Cultural, onde as atrizes francesas Catherine Deneuve e Audrey Tautou acenderam cigarros, também estão na mira. O 3p4 já foi visitado mais cinco vezes pelo órgão. Em nenhuma foram constatadas outras irregularidades.

FAZ SEU NÚMERO

O cantor Guilherme Arantes, que está em turnê para comemorar seus 35 anos de carreira, chegará a São Paulo no dia 12 de agosto. Fará show no Citibank Hall.

NINHO

O ex-governador de São Paulo Luiz Antonio Fleury Filho está de volta à política. Convidado por Michel Temer, ele se prepara para regressar ao PMDB.

LEMBRANÇAS

Fleury, por sinal, já foi chefe de Temer: o agora vice-presidente foi secretário de Segurança em seu governo.

PAPO - CABEÇA

O neurocientista Miguel Nicolelis, que mora nos Estados Unidos, veio ao Brasil para fazer palestra na Sala São Paulo, anteontem. Sua fala faz parte do seminário Fronteiras do Pensamento. Após a conferência, ele lançou a obra "Muito Além do Nosso Eu" (Companhia das Letras). Na plateia, estavam Candida Boemeke e Alice Penna, entre outros.

ASAS DO DESEJO

Erica Felipe e Carola Montoro

Marcele Becker

A modelo Marcelle Becker e o empresário José Camargo Junior tiveram que alugar até um avião para driblar o congestionamento nos aeroportos e trazer a família dela do Sul para o casamento dos dois na fazenda Remadejo, em Caucaia do Alto (SP); ele recebeu a bênção de seu pai, José Camargo, e do filho, Rafael, e votos de felicidades de amigos como Ricardo e Michella Cruz Bruno e da modelo Renata Kuerten.

CURTO - CIRCUITO

A jornalista e escritora Eliane Brum lança amanhã, às 18h30, o livro "Uma Duas" (editora LeYa) na Livraria Cultura do Conjunto Nacional.

Reynaldo Gianecchini, Maria Manoella e Erik Marmo estreiam a peça "Cruel" hoje, com direção de Elias Andreato. No Teatro Faap, às 21h. Classificação: 14 anos.

O artista plástico Quim Alcantara expõe pinturas sobre tecidos hoje, a partir das 20h, na Mercearia São Roque do Jardim Europa.

A apresentadora Ana Furtado e o ator Victor Fasano serão os mestres de cerimônia do jantar promovido pelo Graacc (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer) amanhã no clube Hebraica.

Teresa e Tomas Perez lançam hoje guia de viagem da Espanha, às 19h30, no restaurante Eñe.

com DIÓGENES CAMPANHA, LÍGIA MESQUITA, THAIS BILENKY e CHICO FELITTI

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO MERCADO ABERTO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

HSBC recomenda cautela com países emergentes

Estudo do HSBC recomenda cautela nos mercados emergentes, mas aposta no Brasil por causa do forte mercado interno.

O relatório lembra que o ambiente global se deteriorou nas últimas semanas e afirma que o banco tornou-se mais conservador no investimento em ativos de países emergentes.

Pablo Goldberg, diretor de pesquisa em Nova York, no entanto, afirma "preferir aqueles com mais fortes histórias cíclicas domésticas, como China e Brasil".

Mercados emergentes têm sido prejudicados pelo crescimento mais fraco, mas devem se beneficiar da redução do ritmo da inflação.

Para Goldberg, os dados sugerem enfraquecimento da inflação no mundo todo. "Vemos essa tendência na Ásia, exceto Japão, e também em um grupo de grandes emergentes: Brasil, Rússia e Turquia."

Além do enfraquecimento da atividade nos EUA, os temores de calote na Grécia aumentaram, o que provoca receio de redução de liquidez, no caso de um choque de aversão a risco.

"Apesar de os balanços de países emergentes serem fortes o suficiente para aguentar ventos ainda mais vigorosos, consideramos que a liquidez poderá encolher se houver maior deterioração global ", afirma.

"Não estou me tornando "bearish" que acredita que cotação de títulos ou de ações vá cair em emergentes. Mas no curto prazo, estou mais cauteloso".

ADEGA MENOS IMPORTADA

A **importação** brasileira de vinhos acumula queda de 5,5% neste ano até abril.

O **Brasil** comprou 14,6 milhões de litros da bebida este ano, segundo o **Ministério** do **Desenvolvimento** e o Ibravin.

As maiores quedas foram dos principais **exportadores** da bebida para o Brasil: Chile (-16%) e Argentina (-18%).

Por outro lado, a venda de vinhos tintos nacionais cresceu 7,7% neste ano até abril. O volume de 2,9 milhões de litros é recorde para a época.

DOCE PRESENÇA

A rede de doces Amor aos Pedacos pretende ter uma loja em cada cidade brasileira com mais de 400 mil habitantes até o final de 2013.

A companhia abrirá 20 lojas no segundo semestre e outras 120 filiais nos próximos dois anos.

O projeto de expansão foi retomado em 2010, depois do fechamento das fábricas de Curitiba e do Rio de Janeiro, segundo a fundadora da empresa, Ivani Calarezi.

"Decidimos centralizar a **produção** em São Paulo e deu certo. Nunca imaginei ter loja no Maranhão, mas hoje isso é possível", diz.

A abertura de unidades no Rio de Janeiro tem sido uma das principais dificuldades na expansão da rede.

"Não há bons pontos disponíveis", afirma Calarezi.

As principais concorrentes da rede, que possui hoje 56 unidades no Brasil, são Cristallo e Ofner.

Etanol é mais vantajoso que a gasolina em 16 Estados do país

O etanol voltou a ser mais vantajoso na maior parte dos Estados brasileiros durante a primeira quinzena de junho, segundo o IPTC (Índice de Preços Ticket Car).

O combustível é mais econômico do que a gasolina em 16 dos 26 Estados do Brasil.

Nos demais Estados e no Distrito Federal, a gasolina ainda é mais vantajosa.

"Para saber qual opção é mais econômica, divida o preço do etanol pelo da gasolina. Resultados de até 0,7 significam rendimento melhor do etanol", diz Eduardo Lopes, do Ticket Car.

O preço médio do etanol no país é de R\$ 2,771, enquanto o da gasolina é R\$ 1,898, de acordo com o mesmo levantamento.

Na cidade de São Paulo, houve retração de 0,68% no valor médio cobrado por litro de etanol, na comparação com o final do mês de maio.

R\$ 2 BILHÕES PARA ÁGUA

A Sabesp reúne os integrantes de sua administração na próxima semana.

Durante dois dias, será traçado o planejamento estratégico da empresa para os próximos anos.

O objetivo é assegurar a universalização dos serviços de saneamento em 363 municípios até 2018.

Para concluir a meta, serão necessários investimentos de R\$ 2 bilhões ao ano.

INOVAÇÃO DE HOJE E AMANHÃ

Cerca de 30% das vendas da 3M do Brasil são de produtos que não existiam há cinco anos. Em 2016, essa taxa chegará a 40%, de acordo com o presidente da empresa, Michael Vale.

No Brasil, a companhia, que possui sete fábricas no país e é de origem norte-americana, vende para o mercado interno cerca de 75% da sua produção.

ENSINO FRANQUEADO

A Easycomp Plus, empresa de ensino profissionalizante, planeja abrir 20 franquias no país este ano.

Até agora, ela trabalhava apenas com licenciamento de seu método de ensino. Seu material de educação é utilizado em 800 escolas do país e em três de Portugal.

"Com o sistema de licenciamento, quem adotava o método não precisava usar a marca Easycomp", diz o sócio da empresa, Fernando Costa.

Isso mudará entre as escolas que decidirem ser franqueadas. Três novas unidades já foram abertas em SP pelo novo sistema.

A empresa ainda abrirá franquias em Moçambique, Angola e África do Sul.

Transporte As federações das indústrias do PR, de SC e do RS farão um estudo para melhorar a integração de transporte com os países do Mercosul por portos, aeroportos e ferrovias. A interligação deve reduzir custos .

Mineiro A Progen, de engenharia, abre escritório em Belo Horizonte. Os 450 funcionários desenvolverão projetos para mineração e metalurgia. Em 2011, a empresa projeta faturamento de R\$ 350 milhões, 30% mais que o de 2010.

Mar agitado A Magna Estaleiros, de barcos de esporte e lazer, abre em julho, em Brasília, sua segunda loja própria no país. A primeira está localizada em Recife. A expectativa da empresa é aumentar o faturamento em 30%.

com JOANA CUNHA, ALESSANDRA KIANEK, VITOR SION e LUCIANA DYNIEWICZ

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO DECISÃO DO STF ABRE CAMINHO PARA CERCEAR A GUERRA FISCAL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a "guerra fiscal", adotada no início deste mês, precisa ser concluída. O STF considerou inconstitucionais as leis de apenas seis Estados e do Distrito Federal que concediam benefícios fiscais a empresas. Numerosas ações, que questionam as legislações de outros Estados com o mesmo teor, ainda aguardam julgamento na Corte Suprema.

O governador da Bahia, Jacques Wagner (PT), chamou a atenção, recentemente, para este fato. Ou seja, embora todas as legislações estaduais contenham os mesmos dispositivos na chamada "guerra fiscal", neste momento apenas algumas delas estão suspensas. Há, portanto, uma situação de não isonomia entre os Estados que prejudica alguns.

O ideal seria uma decisão mais rápida do STF sobre essas ações, com o julgamento de todas elas em uma única sessão. Uma alternativa seria permitir que os ministros relatores das ações possam decidir sobre elas, de forma monocrática, pois já existe uma posição unânime do plenário da Corte a respeito desta matéria. No início deste mês, todos os ministros consideraram inconstitucional a concessão de benefícios fiscais pelos Estados sem a aprovação prévia de convênio neste sentido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários de Fazenda dos 26 Estados e do Distrito Federal.

A decisão do Supremo está na direção correta e, se for completada pelo julgamento das demais ações, pode acelerar a reforma tributária. Ou, pelo menos, a reforma do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**. Não é razoável acreditar que os governadores continuarão concedendo benefícios fiscais sem aprovação prévia do Confaz e as empresas aceitando essas regalias, sem levarem em consideração a posição do STF nesta questão. Os julgamentos do Supremo poderão marcar o fim de uma "guerra" que atingiu o seu paroxismo com incentivos sendo concedidos por alguns Estados às **importações**, em detrimento da **produção** nacional.

Os governadores alegam que a decisão do Supremo criou "insegurança jurídica" às empresas e paralisou novos investimentos em seus Estados. O governador de Sergipe,

Marcelo Déda (PT), em entrevista ao Valor publicada na semana passada, disse que o Supremo precisa definir como a decisão será aplicada. "Como serão tratadas situações consolidadas? A decisão terá repercussão só para o futuro ou é aplicável imediatamente?", questionou Déda. Para responder a essas e outras perguntas, o governo do Distrito Federal vai entrar com um ação pedindo que o STF module sua decisão, explicitando os limites e os efeitos da medida. No fundo, os governadores querem um prazo para o fim da guerra fiscal e convalidar as situações de fato.

É bom que se diga que a convalidação dos benefícios fiscais, concedidos dentro da "guerra" entre os Estados, sempre foi um dos pontos centrais de todas as propostas de reforma tributária discutidas pelo **Governo Federal** desde 1995. Ela também faz parte da atual proposta do governo, como esclareceu o secretário-geral do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa. A convalidação terá que ser feita pelo Confaz.

Para que ela ocorra, e todas as situações de fato sejam legalizadas, é indispensável que se coloque um fim nessas práticas. Em outras palavras, é necessário reformar a legislação do **ICMS**.

A proposta de mudança do **ICMS**, em discussão dentro do governo, prevê que a maior parte da receita desse tributo será apropriada pelo Estado de destino da **mercadoria**. Hoje é na origem. Sem essa medida, a "guerra fiscal" vai continuar. Oito Estados perderão com essa mudança, segundo informação do **Ministério** da Fazenda. Não há dúvida que o governo terá que definir uma política de compensação dessas perdas.

"Os governadores não vão entrar numa dança dessa sem que o **Governo Federal** explicita garantias", alertou o governador de Sergipe.

Essa sempre foi e continua sendo a grande dificuldade da reforma do **ICMS**, ou até mesmo da reforma tributária que evolísse para um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), pois a margem fiscal da União para sustentar essa compensação não é grande. O obstáculo precisa, de alguma maneira, ser superado pois as mudanças no **ICMS** não podem mais ser adiadas. É preciso colocar um fim na guerra fiscal.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO DESCASO É GERAL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A parcela de recursos que o Brasil destina à construção de estradas e a outras obras de infraestrutura é uma das mais baixas do mundo: 18,4% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) relativos a 2010. A maior parte dessa taxa de investimento é aplicada pelo setor privado. O poder público - União, estados e municípios - contribui somente com 5,1%, uma das menores taxas do mundo.

A China investe, no total, 45,6% do PIB; o Vietnã, 34,5%; a Índia, 30,8%; e a Rússia, 21,4%. Na América Latina, o Brasil aplica menos no setor produtivo do que Equador (24,1%), México (21,8%), Chile (21,4%) e Argentina (20,9%). "O produto brasileiro, de forma geral, acaba perdendo competitividade em função da infraestrutura deficiente, principalmente o de menor valor agregado", afirma presidente da seção de Transporte de Cargas da Confederação Nacional de Transporte (CNT), Flávio Benatti. Ele ressalta que mais de 60% das mercadorias passam pelas rodovias, das quais mais de 50% precisam de reparos. Apenas 20% das cargas circulam pelas ferrovias e 13% pelos rios.

"O fato é que o governo deveria controlar os gastos correntes para sobrar dinheiro e aumentar o investimento público. Em vez de comprar cliques, deveria construir estradas", resume o economista-chefe do Banco WestLB, Roberto

Padovani. O economista Fábio Giambiagi, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também aponta a necessidade de corte nos gastos do governo com o custeio da máquina e a folha de pessoal.

"Tenho defendido um maior esforço de poupança pública mediante a contenção do gasto corrente, para que cresça abaixo da alta do PIB", diz Giambiagi. Ele lembra que o aumento expressivo do salário mínimo previsto para 2012, de 7,5% reais, pressionará as contas públicas. Por isso, diz, a taxa de investimento do Governo Federal, que está baixa neste ano, não mudará muito no ano que vem.

O economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Cláudio Hamilton, considera a baixa oferta de financiamentos de longo prazo como principal entrave à continuidade do crescimento a taxas mais altas. Segundo ele, os investimentos privados, bem maiores que os públicos, são custeados por um banco público, o BNDES, o único a oferecer crédito de longo prazo mais barato.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO IMPORTAÇÃO CRESCE SÓ 0,2%		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Restrições impostas pelo governo à compra de produtos no exterior têm efeito

ROSANA HESSEL

O cerco aos produtos importados desencadeado pelo governo já mostra resultados. Nas três primeiras semanas de junho, as compras de mercadorias do exterior cresceram somente 0,2% na comparação com o mesmo período de maio, contra uma média de 29% nos cinco primeiros meses do ano. O desempenho mais fraco é visível, sobretudo, no setor de automóveis e autopeças, para o qual o Ministério do Desenvolvimento impôs a chamada licença não-automática, mecanismo que dá às autoridades prazo de até dois meses para autorizar ou não a entrada de mercadorias no país. Usada para retaliar, principalmente, a Argentina e a China, a medida está fazendo com que os consumidores esperem, em média, 40 dias para receber veículos vindo de fora.

A ação do governo foi uma resposta à supervalorização do real frente ao dólar, que tem levado muitas empresas a repensar a estratégia de produção no Brasil. Algumas, inclusive, já estão suspendendo a

fabricação local, substituindo-a por itens estrangeiros. A ordem da presidente Dilma Rousseff é evitar, a qualquer custo, ameaças à indústria brasileira, uma das principais alavancas do Produto Interno Bruto (PIB).

Não à toa, o país se tornou o recordista mundial na abertura de investigações contra concorrência desleal (antidumping), de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Atualmente, 49 investigações estão em curso envolvendo 21 produtos.

"A indústria brasileira estava acomodada, não se importava em fazer pedidos de investigação antidumping.

Com o dólar em baixa, o quadro mudou, porque a concorrência com os importados aumentou de forma agressiva. Essa é uma questão de sobrevivência", diz o sócio-fundador da Comissão de Defesa da Indústria Brasileira (CDIB), Roberto

Barth. Pelas suas contas, o real valorizado já representa um impacto de quase 40% no custo do produto final, praticamente o peso da carga tributária, o que dificulta a concorrência da mercadoria nacional com o que vem do exterior.

A substituição da produção local pelos importados é visível no setor de eletroeletrônicos. "No primeiro momento de abertura comercial, no início dos anos 1990, muitos fabricantes tiveram que se modernizar, melhorar seus processos, para não perderem competitividade. Hoje, o desafio é racionalizar custos para enfrentar a concorrência cada vez mais dura dos importados", afirma Luiz Cezar Rochel, da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). "Alguns segmentos têm optado por trazer mercadorias acabadas de fora do país para driblar os elevados custos locais de produção e os encargos que minam a competitividade", completa.

Dados da Abinee mostram que, enquanto as exportações do setor de eletroeletrônicos permaneceram estáveis entre 2009 e 2010, em US\$ 7,6 bilhões, as importações avançaram de US\$ 34,9 bilhões para US\$ 41,2 bilhões. O déficit saltou de US\$ 27,3 bilhões para US\$ 33,4 bilhões.

Incentivos restritos

Diante da forte valorização do real, apesar do aumento, para 6%, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente no capital estrangeiro que entra no país, o economista Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, acredita que o governo terá de ser mais rigoroso na proteção à indústria nacional. Para ele, somente medidas mais duras, como o controle de capitais ou a redução da taxa básica de juros (Selic), que está em 12,25% ao ano, poderão conter, em curto prazo, o derretimento do dólar no Brasil. Ele ressaltou ainda que o espaço para o governo dar incentivos fiscais à produção nacional é praticamente nulo.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO O Brasil DO ATRASO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Apesar das conquistas dos últimos anos, país mantém olhos fechados para problemas cruciais, como a enorme carga tributária e a infraestrutura deficiente, que podem inibir o crescimento

ANA D'ANGELO

No topo das preferências dos grandes investidores estrangeiros, o Brasil das oportunidades está escancarando problemas que reluta em enfrentar. O crescimento da economia, a redução das desigualdades e a melhora do padrão de vida da população vêm trombando com um país cheio de gargalos, que todos veem, mas poucos se dispõem a superá-los. Seis meses praticamente se passaram do governo de Dilma Rousseff e tudo continua na mesma: estradas, portos, ferrovias e aeroportos precários, taxas de juros elevadíssimas, falta de mão de obra qualificada, carga tributária pesada e injusta e baixos investimentos públicos. É esse Brasil do atraso que pode travar a continuidade do desenvolvimento a taxas acima de 4% ao ano e manter latente o dragão da inflação.

"O país está estrangulado. Isso é termômetro da falta de uma agenda clara do governo, que está demonstrando falta de capacidade para formular e implantar políticas públicas para resolver os gargalos", diz o economista-chefe do Banco WestLB, Roberto Padovani. Para ele, a recente decisão de privatizar os maiores aeroportos brasileiros é um sintoma da falta de projeto de desenvolvimento consistente, pois a então candidata Dilma havia garantido, durante a campanha, que isso não aconteceria. A deficiência do setor, combinada à escassez de recursos públicos, obrigou a presidente a tomar um choque de realidade.

Ainda que a mudança de posição tenha ocorrido tarde, seria um avanço, não fosse ela um fato isolado em um quadro de extrema ineficiência. Nas poucas vezes em que o governo sinalizou que agiria no sentido de pôr o país nos trilhos da modernidade, tudo não passou de promessas. A mais recente delas tem como alvo o estrangulado setor portuário do país. Segundo o Palácio do Planalto, para incrementar o comércio exterior e reduzir os custos operacionais, a construção e a gestão de 45 portos serão entregues à iniciativa privada.

"Infelizmente, precisamos muito mais. Além da pequena capacidade para receber embarcações, os portos se

ressentem da falta de silos para armazenagem de mercadorias. Perde-se muito tempo no carregamento e na descarga por falta de investimentos", afirma o presidente da seção de Transporte de Cargas da Confederação Nacional de Transporte (CNT), Flávio Benatti.

É por essa razão que o economista Fábio Giambiagi, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), não esconde seu ceticismo. "O estado de graça acabou no fim do ano passado. Os problemas que estão aparecendo - e assustando - deverão persistir", avisa.

Qualificação

Para um país que é apontado, em todas as pesquisas, como uma das cinco maiores potências econômicas do mundo nas próximas duas décadas, o tempo é vital. Na avaliação de Giambiagi, a situação está tão crítica que o descaso do passado, de administrações que não se preocuparam com a melhora da educação, faz agora o Brasil se deparar com um apagão da mão de obra - a falta de profissionais mais habilitados e capazes para executar as funções exigidas pelas empresas pressionadas por maior produtividade. Para o economista, esse problema ficará mais nítido a partir de 2013, com a consolidação da situação de pleno emprego, configurada por uma taxa de desocupação próxima de 5% (hoje está em 6,4%).

Nesse momento, a ausência de trabalhadores qualificados voltará a pressionar a inflação, pois os salários tenderão a subir além do desejável e os custos arcados pelas empresas serão repassados aos consumidores. O resultado disso poderá ser uma nova rodada de aumento dos juros pelo Banco Central e nova trava no crescimento. A previsão do mercado em geral é de que o país avance a taxas de 4% em 2011 e 2012.

Efeito cruel

O apagão da mão de obra deve causar, de imediato, um efeito cruel. A grande mobilidade social dos últimos anos, que alçou os mais pobres às classes C e D, tenderá a caminhar a passos mais lentos. Os menos escolarizados terão dificuldade para se colocarem no mercado por causa da sofisticação do processo produtivo e das exigências dos empregadores, avalia o demógrafo Haroldo Torres, da

Consultoria Plano CDE. "Não se recupera a ausência de anos de escola da noite para o dia", acrescenta a antropóloga Luciana Aguiar.

"O fato é que o governo deveria controlar os gastos correntes para sobrar dinheiro e aumentar o investimento público. Em vez de comprar clipes, deveria construir estradas"

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco WestLB

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO SUFRAMA anuncia pregão eletrônico para a FIAM 2011		
	ORIGEM PRESS RELEASE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO CGCOM	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Está prevista para terça-feira, 28, a publicação, no Diário Oficial da União (DOU), do edital do Pregão Eletrônico N° 16/2011. O objeto do pregão é a contratação de empresa especializada em eventos nacionais e internacionais para a organização e montagem da sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011). O pregão é dividido conforme a classificação abaixo:

GRUPO 1 – MONTAGEM DA FEIRA (inclui montagem e decoração dos estandes básicos, montagem do estande da SUFRAMA, cenografia e sinalização para a feira, etc);

GRUPO 2 – LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (incluindo computadores, data shows, impressoras, telefones, etc);

GRUPO 3 – SERVIÇOS DE SUPORTE AO EVENTO (serviços de transporte, hospedagem, alimentação, emissão de passagens, etc);

GRUPO 4 – MATERIAIS IMPRESSOS E CONFECCIONADOS (impressão de convites, crachás, programas, etc);

GRUPO 5 - SERVIÇOS EM GERAL (realização de contagem de público, pesquisa de satisfação, envio de correspondências, etc);

GRUPO 6 – LANÇAMENTOS DA FIAM (inclui o lançamentos da FIAM em Brasília e São Paulo com show regional, coquetel, etc).

O edital e todos os seus Anexos, estarão à disposição nos sites www.comprasnet.gov.br e www.Suframa.gov.br/Suframa_licitacoes.cfm, após a publicação no DOU. A abertura da licitação está prevista para 8 de julho, às 10h30 (horário de Brasília).

A FIAM 2011 ocorrerá no período de 26 a 29 de outubro no Studio 5 Mall (Distrito Industrial, Zona Leste de Manaus). Realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a FIAM 2011 é a maior vitrine dos produtos e das empresas da região, e inclui exposição de produtos, rodadas de negócios e Jornada Internacional de Seminários. Outras informações no site www.Suframa.gov.br/fiam ou pelo fone: (92) 3321-7008.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO Suframa participa de missões empresariais em países da Europa		
	ORIGEM PRESS RELEASE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO CGCOM	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

No período de 26 de junho a 7 de julho, representantes da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) participarão de missões empresariais na Alemanha, França, Bélgica e Portugal, com o objetivo de divulgar o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) e prospectar oportunidades de negócios e investimentos na região.

Na França, a equipe técnica da autarquia participará da 7ª Conferência Mundial do Global Consortium of Higher Education and Research for Agriculture (GCHERA 2011), a convite do Comitê Organizador do Instituto Politécnico La Salle Beauvais. A conferência irá abordar a experiência de projetos inovadores de Universidades de Agricultura e Ciências da Vida.

A participação da autarquia no evento, em conjunto com a Secretaria de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Amazonas (SEMGRH), tem como objetivo articular parcerias para atrair para Manaus o curso de Gestão de Recursos Minerais, do Instituto Politécnico La Salle Beauvais, da França, e que também poderá ser extensivo aos demais Estados da Amazônia Ocidental (Acre, Roraima, Rondônia, Amazonas e Amapá). Além de conhecer experiências de projetos inovadores na área de agricultura sustentável.

Em Portugal, os representantes da SUFRAMA irão visitar centros de produção e formação de recursos humanos em cerâmica artesanal, visando atrair conhecimentos e firmar parcerias para o fortalecimento do Polo Cerâmico no Estado do Amazonas.

As visitas compreendem uma das etapas do projeto de Cerâmica Artesanal firmado entre a autarquia e SEMGRH e serão realizadas com o apoio do Centro de Formação

Profissional para a Indústria e Cerâmica de Portugal (CENCAL).

Artesanato

Também em Portugal, a equipe da SUFRAMA participará da Feira Internacional do Artesanato, que será realizada por meio da Feira Internacional de Lisboa. A autarquia estará presente no evento em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur) e o Ministério do Turismo (MTUR).

Alemanha e Bélgica

A Superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso, participará, no dia 29/06, do Simpósio e da Cerimônia em celebração ao 20º Aniversário do Centro de Microtecnologias ZFM da Universidade de Tecnologia de Chemnitz, e da conversão do Instituto de Pesquisas Fraunhofer em Instituto Fraunhofer de Sistemas Nanoeletrônicos ENAS, em Chemnitz, Alemanha. No dia 01/07, a Superintendente se reunirá com técnicos do Inter University Microelectronic Center.

FIAM 2011

Durante as missões empresariais, a SUFRAMA também irá aproveitar as oportunidades para divulgar a sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), que acontecerá de 26 a 29 de outubro, em Manaus, no Studio 5 – Centro de Convenções. A FIAM é um evento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e realizado pela SUFRAMA. É reconhecida como a maior vitrine de oportunidades de negócios da Amazônia e consta no calendário oficial de feiras e eventos do Governo Federal.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO MP dos Tablets é usada para propor isenção de impostos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Além de emendas alheias ao objetivo, há as que visam a incluir outros equipamentos

GILBERTO COSTA/ABr

A Medida Provisória (MP) nº 534, editada pelo **Governo Federal** em 20 de maio para incentivar a **produção** de tablet no Brasil, poderá ser totalmente desfigurada no Congresso Nacional, conforme algumas das 68 emendas apresentadas ao texto.

A iniciativa do governo visa a atrair fabricantes estrangeiros por meio de incentivos fiscais e forçar a nacionalização de componentes eletrônicos da indústria, cujo domínio tecnológico é considerado estratégico na chamada “economia do conhecimento”.

Há, entre as emendas dos parlamentares, propostas como a do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) que quer, por meio da MP, estender descontos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS), previstos na Lei 11.051/2004, para cooperativas de turismo e lazer, o transporte de passageiros, a mineração, educação, saúde, o consumo, a **produção**, o trabalho e a habitação.

Além das emendas alheias ao objetivo da medida provisória, há as que visam a incluir na MP outros equipamentos como telefones celulares com acesso à internet, leitores de livro digital (e-book) e calculadoras gráficas programáveis, usadas para cálculos mais complexos.

Amazonas

Quase a metade das emendas apresentadas (33) foi feita por parlamentares do **Amazonas**. Há entre os políticos do estado o temor de que a MP nº 534 crie concorrência contra a **Zona Franca** de **Manaus**. Logo após a edição da medida, o governador do **Amazonas**, Omar Aziz, disse que a iniciativa do **Governo Federal** era inconstitucional.

Matéria sem relator na Câmara Federal

As emendas propostas estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados. A proposição tramita em regime de urgência na Casa. Não há relator escolhido para a matéria.